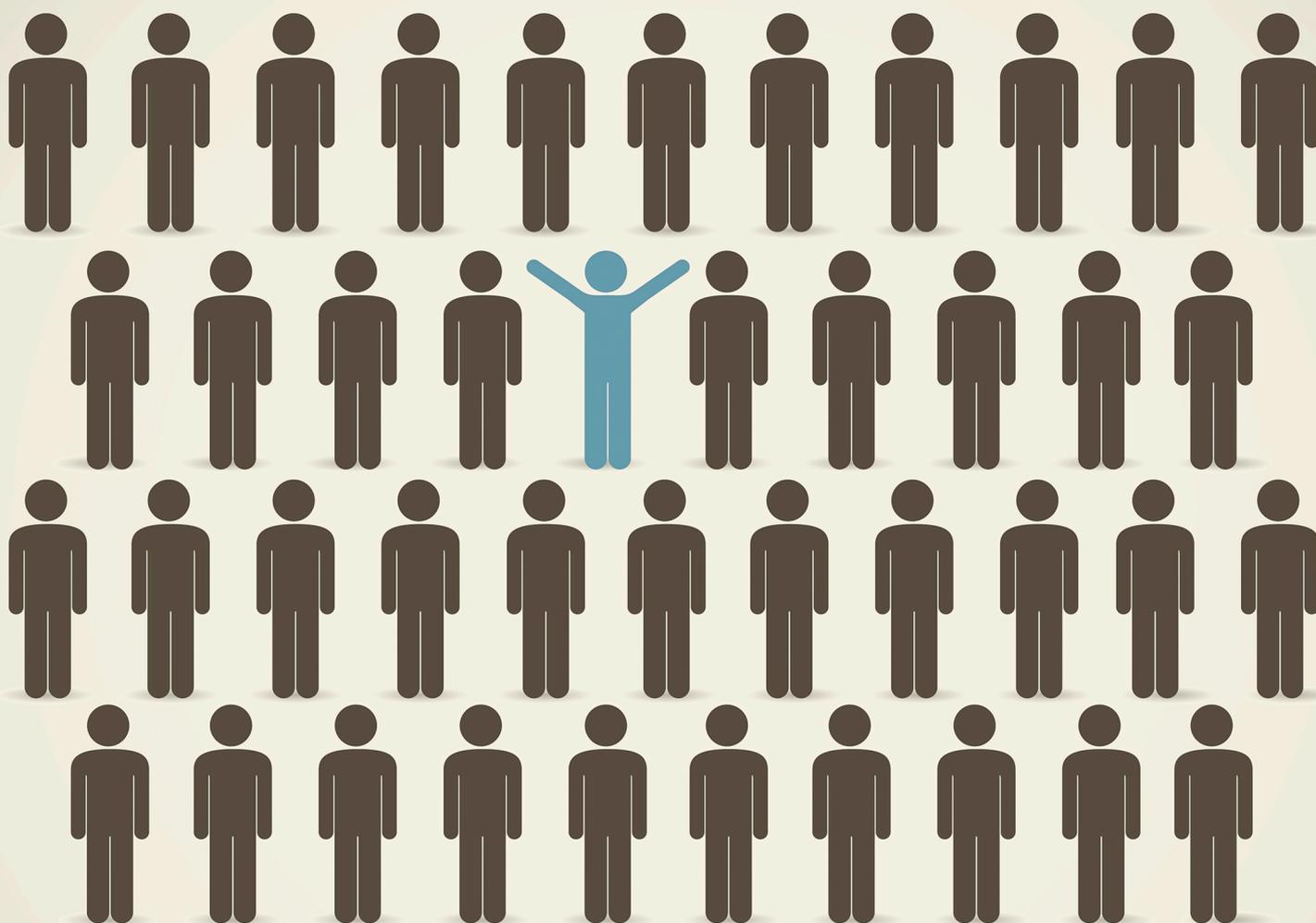


# TENDÊNCIAS EPISTEMOLÓGICO-TEÓRICAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

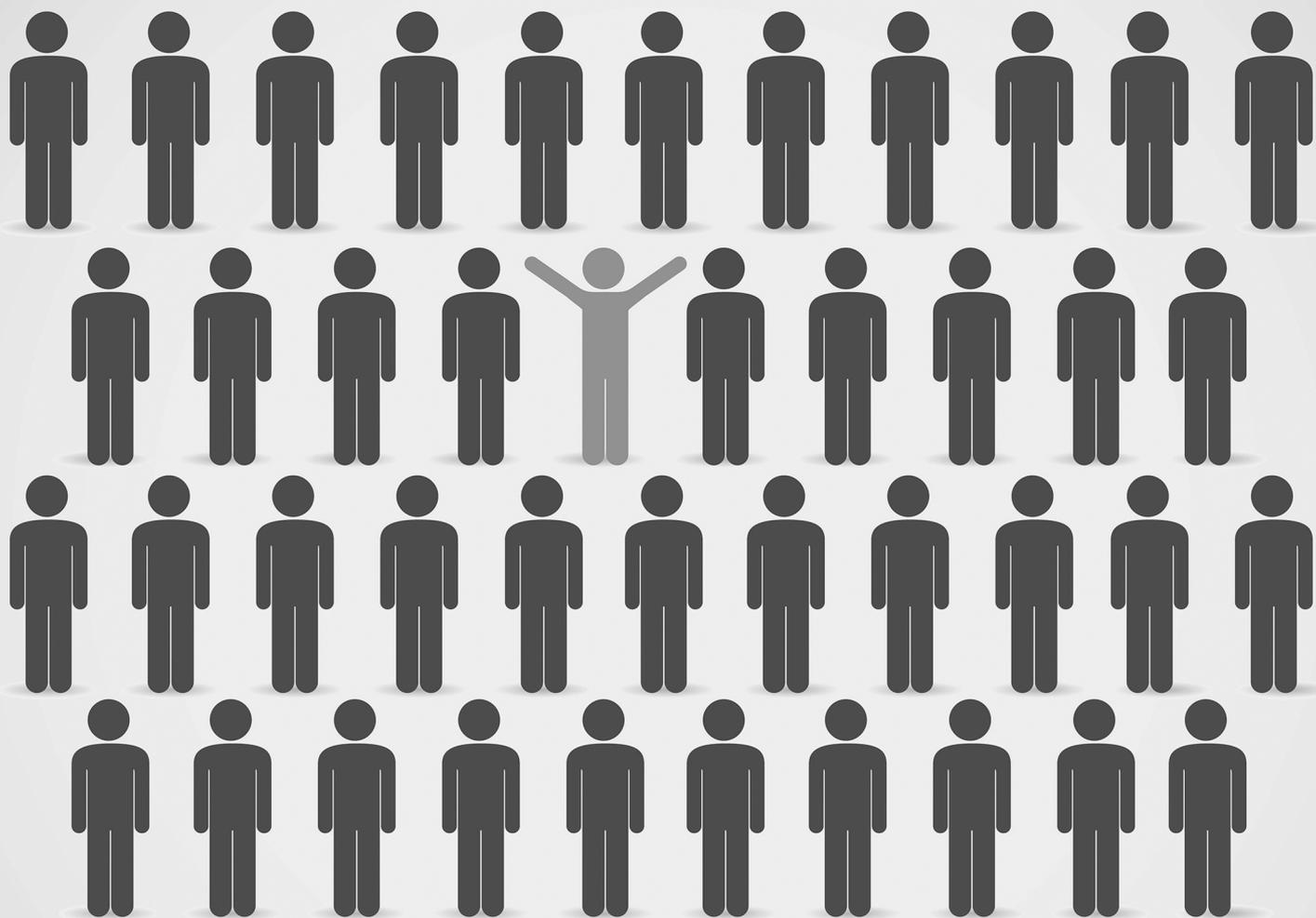
Denise Pereira  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

# TENDÊNCIAS EPISTEMOLÓGICO-TEÓRICAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Denise Pereira  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
T291	<p>Tendências epistemológico-teóricas das ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF            Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader            Modo de acesso: World Wide Web            Inclui bibliografia            ISBN 978-65-5706-037-7            DOI 10.22533/at.ed.377201405</p> <p>1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Pereira, Denise.</p> <p style="text-align: right;">CDD 301</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A epistemologia transformou-se numa área relevante para as ciências sociais aplicadas, muitos pensadores e intelectuais têm dedicado parte de seu tempo para refletir este tema complexo e amplo, considerados como os mais importantes críticos, muitas vezes, até radicais no questionamento da ciência e da tecnologia, pois, as mesmas passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas. Vivemos um momento do triunfo da ciência. Tudo indica que é a civilização científico-técnica que elabora, sob medida, as condições ideais de nossa existência.

Etimologicamente, “Epistemologia” significa discurso (logos) sobre a ciência (episteme), (Episteme + logos). Epistemologia: é a ciência da ciência. Filosofia da ciência. É o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências. É a teoria do conhecimento.

A tarefa principal da epistemologia consiste na reconstrução racional do conhecimento científico, conhecer, analisar, todo o processo gnosiológico da ciência do ponto de vista lógico, linguístico, sociológico, interdisciplinar, político, filosófico e histórico.

O conhecimento científico é provisório, jamais acabado ou definitivo. É sempre tributário de um pano de fundo ideológico, religioso, econômico, político e histórico.

De modo geral, este tema é tratado em relação às Ciências Sociais aplicadas como um todo. Mas a ênfase na discussão epistemológica aqui apresentada será aplicada às Ciências Sociais para, a partir de tais análises, ser possível pensar a questão da pesquisa científica na investigação do fenômeno como um todo.

Espero que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A ADULTIZAÇÃO E EROTIZAÇÃO DA FIGURA INFANTIL	
Laísa Gonçalves Borgato	
Marcos José Alves de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.3772014051	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
A INCLUSÃO SOB UM ENFOQUE POLÍTICO	
Sandra Faria Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3772014052	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>19</b>
A MIGRAÇÃO NA MÚSICA <i>FOTOGRAFIA 3X4</i> , DE BELCHIOR: ILUSÃO E EXPRESSIVIDADE DO OPRIMIDO	
Alison Menezes Freitas	
José Antonio de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3772014053	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
A PRISÃO PREVENTIVA EM TRÁFICO DE DROGAS: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DO ENCARCERAMENTO EM MASSA	
Beatriz Ramos de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.3772014054	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>46</b>
ALTMETRIA E COMUNICAÇÃO ONLINE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O ASSUNTO PENA DE MORTE	
Ane Caroline dos Santos Melo	
Rosana Rodrigues dos Santos	
Eugenio dos Santos Rocha	
Paulo Vieira Rijo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3772014055	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>60</b>
ANÁLISE DE RISCO EM SEGUROS: UMA ABORDAGEM ATRAVÉS DA LÓGICA <i>FUZZY</i>	
Elizabeth Borelli	
Ana Carolina Falcão	
Bruna Dias Lucena	
DOI 10.22533/at.ed.3772014056	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>72</b>
APLICAÇÃO DO MÉTODO DE CUSTEIO VARIÁVEL, PARA O PROCESSO DECISÓRIO GERENCIAL	
Joel da Silva Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.3772014057	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>77</b>
ARTE PÚBLICA: PRAÇA UNIVERSITÁRIA DE GOIÂNIA-GO	
Marília Guimarães Rodrigues Janes Cleiton Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3772014058	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>88</b>
CONSTITUIÇÃO DO GASTO TRIBUTÁRIO: SINAIS DA IRRESPONSABILIDADE ORÇAMENTÁRIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A PARTIR DA ANÁLISE DO FUNDO DE INVESTIMENTOS DO NORDESTE	
Manoel Cícero Squiapati Seragini Gonzalez	
DOI 10.22533/at.ed.3772014059	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>105</b>
DA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE: CONCEITUAÇÃO E ENQUADRAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO	
Giulia Ferrigno Poli Ide Alves	
DOI 10.22533/at.ed.37720140510	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>118</b>
EDUCAÇÃO OU INSTRUÇÃO?	
Vanderlei Souto dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.37720140511	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>125</b>
ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMO ELEMENTO PRIMORDIAL PARA O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
Lucineia Evangelista Gilcélia Martins dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.37720140512	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>135</b>
EXPRESSÕES CIBERNÉTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA: APLICATIVOS E REDES SOCIAIS	
Henrique Hugbert de Oliveira Reis	
DOI 10.22533/at.ed.37720140513	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>143</b>
FORMAS DE PASTORAL NO BRASIL	
Everaldo José de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.37720140514	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>159</b>
GOLPE DE 1964: INTERAÇÃO, ESCOLHAS E NEGOCIAÇÕES ENTRE ATORES POLÍTICOS	
Lucas Vieira de Souza Antônio Sérgio Carvalho Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.37720140515	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>175</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>176</b>

## GOLPE DE 1964: INTERAÇÃO, ESCOLHAS E NEGOCIAÇÕES ENTRE ATORES POLÍTICOS

*Data de aceite: 04/05/2020*

*Data de submissão: 03/02/2020*

**Lucas Vieira de Souza**

Mestre em Ciências Sociais – UNIFESP  
Guarulhos – São Paulo

**Antônio Sérgio Carvalho Rocha**

Doutor em Ciência Política – USP  
São Paulo – São Paulo

**RESUMO:** Em 1964 ocorre um golpe de Estado no Brasil onde uma coalização sobre o pretexto que afastaria e protegeria o país dos comunistas, dos civis corruptos e que promoveria desenvolvimento econômico afastou do poder o Presidente da República, João Goulart, eleito legitimamente pelo povo brasileiro. Em que condições civis e militares se uniram para derrubar um Presidente da República? Quais foram as interações, escolhas e negociações dos principais atores políticos envolvidos nessa dinâmica histórica? O Presidente João Goulart através de negociações políticas poderia ter evitado o golpe de 1964 ou ao menos dificultado a ação dos golpistas? Este presente trabalho tem como objetivo estudar a dinâmica das conspirações que foram responsáveis pela

derrubada do Presidente João Goulart, ou seja, reconstruir sistematicamente como ocorreu este fato histórico: os principais atores, as alternativas postas aos diferentes atores, as tensões e também as colaborações entre os civis e militares. O conjunto de tais conspirações se concretiza com uma militar – iniciada na madrugada do dia 31 de março 1964, com o general Olímpio Mourão Filho, após o Presidente João Goulart fazer um discurso favorável as reformas de base e uma civil que ocorre na madrugada do dia 2 de abril, quando o senador Auro de Moura Andrade declarou vaga a Presidência da República diante do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Álvaro Ribeiro da Costa, com João Goulart ainda em território nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** golpe de 1964; interação; escolhas; negociações; atores políticos.

### 1964 COUP: INTERACTION, CHOICES AND NEGOTIATIONS BETWEEN POLITICAL ACTORS

**ABSTRACT:** In 1964, a coup took place in Brazil, where a coalition on the pretext that would remove and protect the country from communists, from corrupt civilians and that would promote economic development

removed the President of the Republic, João Goulart, who was legitimately elected by the Brazilian people. Under what civil and military conditions did they come together to overthrow a President of the Republic? What were the interactions, choices and negotiations of the main political actors involved in this historical dynamic? Could President João Goulart, through political negotiations, have avoided the 1964 coup or at least made it difficult for the coup makers to act? This present work aims to study the dynamics of the conspiracies that were responsible for the overthrow of President João Goulart, that is, to systematically reconstruct how this historical fact occurred: the main actors, the alternatives put to the different actors, the tensions and also the collaborations between civilians and military. The set of such conspiracies materializes with a military one - started in the early morning of March 31, 1964, with General Olímpio Mourão Filho, after President João Goulart made a favorable speech to the basic reforms and a civil one that occurs in the early hours of the day April 2, when Senator Auro de Moura Andrade declared the Presidency of the Republic vacant before the President of the Federal Supreme Court, Álvaro Ribeiro da Costa, with João Goulart still in national territory.

**KEYWORDS:** 1964 coup; interaction; choices; negotiations; political actors.

## 1 | JOÃO GOULART ENTRE OS MILITARES: NEGOCIAÇÕES POLÍTICAS OU GOLPE DE ESTADO?

Descrever a dinâmica interna que resultou no golpe em 1964 não é uma tarefa simples principalmente pelas várias escolhas, interações e negociações que ocorreram entre os diferentes atores políticos relevantes para que este fato histórico se consolidasse. Apesar de haver “arquipélagos de conspirações” (Stacchini, 1965) contra o Presidente João Goulart, é fato de que alguns militares defendiam seu mandato e de que uma negociação política seria possível naquele momento de grande radicalização política. Na manhã do dia 30 de março, o general Peri Constant Bevilacqua, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e amigo pessoal do Presidente da República convocou uma reunião com os chefes do Estado-Maior do Exército, Aeronáutica e da Marinha para sugerir que se João Goulart declarasse oficialmente que “I- não se admitiria a greve geral anunciada pela CGT; II- o compromisso de governar com os partidos, e não com os sindicatos e III- apoiar as Forças Armadas abrindo a estas um crédito de amplo de confiança na sua lealdade e na honra militar dos seus integrantes”<sup>1</sup>, os militares desistiriam de iniciar um golpe de Estado. Todos concordaram, exceto o Chefe do Estado-Maior do Exército, Castello Branco, que desconfiado por rumores sociais de que a próxima

1. KEHL, Maria; SIMÕES, Inimá. Legalista, general Peri Bevilacqua, dá, em 1976, sua versão do golpe. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 de dez. de 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/12/1564530-legalista-general-pery-bevilacqua-da-em-1976-sua-versao-do-golpe.shtml>>. Acesso em: 14 de set. de 2018.

atitude de João Goulart seria exonerá-lo de seu cargo defendeu de que preferiria uma reunião pessoal com o Presidente da República.

A principal discordância entre os generais militares era quanto ao melhor dia para dar início a ação – caso fosse necessário realizar um golpe estatal. Em uma reunião ocorrida na tarde de 30 de março, o general Olímpio Mourão Filho defendeu que o movimento começasse no dia 1º de abril, porém, o general Luís Carlos Guedes afirmou que preferiria dia 30 de março, porque “é o último dia de lua cheia, e eu não tomo iniciativa na minguante; se não sairmos na cheia, irei esperar a lua nova e, então, será muito tarde” (Guedes, 1979, p.186). Por outro lado, Castello Branco defendia entre seus subordinados que o dia ideal seria 2 de abril, além disto havia “referências sobre o fato de que, no dia 29 de março, a guarnição de Salvador (Exército, Marinha e Aeronáutica) declarou-se sublevada, embora o Brasil disso não soubesse” (Ferreira, 2007, p.479).

Às 14 horas do dia 30 de março, seguindo sua superstição, o general Guedes sublevou o Estado de Minas Gerais reunindo seus sargentos e oficiais. Somente às 16 horas, é que o general Olímpio Mourão Filho soube em Juiz de Fora por um repórter do Jornal do Brasil de sua atitude (Cf. Dulles, 1979), e sentindo-se contrariado e ameaçado resolveu telefonar para seu companheiro de conspiração: “Você está redondamente enganado. Há está hora já fomos denunciados no Rio de Janeiro e vamos ser depostos. Virá outro general para aqui e, em seguida, um para aí, e teremos de entregar os comandos” (Guedes, 1979, p. 195). Como resposta, o general Luís Carlos Guedes afirmou que pediria para o governador mineiro Magalhães Pinto apoiá-lo e legitimar o movimento, o que tranquilizou temporariamente o general Olímpio Mourão Filho.

Contrariando o conselho do Ministro Chefe da Casa Militar, Assis Brasil, de que essa atitude seria o pretexto ideal para provocar uma revolta nos meios militares, o Presidente João Goulart decidiu comparecer na festa de aniversário da associação de sargentos e subtenentes da polícia militar no Automóvel Clube no Rio de Janeiro para defender as reformas de base através de um discurso que havia sido escrito pelo comunista Luís Carlos Prestes. João Goulart foi recebido por um grande abraço do ex-almirante Cândido Aragão e por gritos de “manda brasa, Presidente!” (Gaspari, 2002).

Em sua residência localizada em Ipanema, Castello Branco assistiu ao discurso acompanhado dos generais Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel. O Presidente da República discursou que:

Não admitirei o golpe dos reacionários. O golpe que nós desejamos é o golpe das reformas de base, tão necessários ao nosso país. Não queremos o Congresso fechado. Ao contrário, queremos o Congresso aberto. Queremos apenas que os congressistas sejam sensíveis as mínimas reivindicações populares (Gaspari, 2002, p.64).

Em um sinal de irritação, o general Guedes que estava no Comício do Automóvel Clube, desligou o rádio em que estava ouvindo o discurso. O discurso do Presidente da República terminou a 1 hora e 30 minutos da madrugada do dia 31 de março de 1964. O senador Ernâni do Amaral Peixoto, “com sua experiência em golpes, ora como beneficiário, ora como vítima, deu sua sentença: ‘o Jango não é mais Presidente da República’” (Gaspari, 2002, p.64). Antecipando sua ideia inicial, o general Olímpio Mourão Filho havia decidido derrubar o Presidente João Goulart que estaria a 150 Km de Juiz de Fora localizado no Rio de Janeiro, no Palácio Laranjeiras, através de uma *operação chamada “Popeye”* (Silva, 1978).

A primeira estratégia dessa operação seria executar a “*operação silêncio*” que consistiria em telefonar secretamente para militares e civis de sua confiança avisando sobre o início do movimento. Às 5 horas da madrugada do dia 31 de março, anotou em um papel uma lista de telefones. A primeira ligação do general Olímpio Mourão Filho foi feita às 6 horas da madrugada para o general Guedes ordenando que se o Governador mineiro Magalhães Pinto não apoiasse o movimento seria necessário prendê-lo para assumir o governo do Estado. Posteriormente, ao deputado Armando Falcão foi destinada a tarefa de avisar o governador da Guanabara Carlos Lacerda e o militar Eurico Gaspar Dutra sobre o fato:

- Olha Armando, avise ao Dutra e ao Carlos Lacerda que eu rebelei a minha tropa e estou partindo para o Rio de Janeiro.

- Mourão, quem lhe disse que o Dia D chegou? Com quem você está articulado?

- Estou articulado com a minha consciência. Não tenho mais tempo a perder. Até breve. Avise o Carlos Lacerda para que ele tome as preocupações (Chagas, 2001, p.1.119).

Em seguida, o general Olímpio Mourão Filho pediu ao deputado Armando Falcão que avisasse o general Amaury Kruel – comandante do II Exército sobre o movimento, ao ter conhecimento do fato, Kruel afirmou que não concordava e que faria o que fosse possível para proteger o Presidente da República.

Depois de 45 minutos, o deputado Armando Falcão recebeu uma ligação de Castello Branco para que se reunisse em sua casa com os generais Golbery do Couto e Silva, o general Ademar de Queirós e outros militares. Castello Branco afirmou que após a reunião todos iriam ao Estado-Maior do Exército.

Às 7 horas da manhã, o general Olímpio Mourão Filho telefonou para o almirante Silvio Heck para avisar sobre o movimento através de um código: “Silvio, aqui é Mário. Saí. Tome suas providências na Marinha” (Ferreira, 2007, p.549). Em seguida, telefonou para José Paranhos do Rio Branco ordenando que avisasse o Governador paulista Ademar de Barros sobre o movimento (Cf. Dulles, 1979). Por suas convicções sobre o dia perfeito para o início do movimento, preocupado, às 8

horas da manhã, Castello Branco telefonou para o general Guedes defendendo de que o movimento iniciado em 31 de março seria uma precipitação:

- Mas isto é uma precipitação; vocês estão sendo precipitados; vão prejudicar tudo.

- Falei no tempo passado – partimos – mas, se houver alguma coisa em cogitação aí no Rio de Janeiro, ainda haverá sobra para uma tomada de posição. Hoje, nos deteremos na divisa com o Estado do Rio de Janeiro, no corte Paraíba, na expectativa do comportamento do I Exército.

- Cuidado! Cuidado! Veja o que diz.

- Silêncio era até o desencadeamento da operação; agora nada mais temos a temer.

- Bem, vou sair e avisar o pessoal (Gaspari, 2002, p.68).

Em seguida, ainda não conformado com a ação do general Olímpio Mourão Filho e temendo a organização das tropas do Rio de Janeiro, Castello Branco fez uma última tentativa para impedir Olímpio Mourão Filho telefonando para o número 27-4759 que pertencia ao:

Sobrinho do governador, o banqueiro José Luís de Magalhães Lins, executivo do Banco Nacional, pertencente a Magalhães Pinto. Pediu-lhe que intercedesse junto ao tio, para que verificasse se ainda havia alguma forma de retardar a ação, pelo menos o tempo suficiente para que se articulassem iniciativas complementares no Rio de Janeiro e demais capitais. (Neto, 2004, p.247).

Às 8 horas e 45 minutos, o banqueiro retornou o telefonema dizendo que seria impossível impedir o general:

Melhor voltar derrotado do que voltar desmoralizado – retrucou, aborrecido, o governador mineiro. Para ele, por trás do pedido de Castello, estava apenas o medo de deixar Minas Gerais representar o papel de “vanguarda heroica sobre o movimento” (ibidem, p.247).

Após ter sua última tentativa frustrada de impedir o movimento iniciado não restava outra alternativa à Castello Branco a não ser apoiá-lo e assumir o comando de sua parte política enquanto Costa e Silva assumiria o das operações militares (Cf. Dulles, 1979). Castello Branco ordenou que o tenente-coronel Confúcio Pamplona entregasse em Porto Alegre ao general Adalberto Pereira dos Santos – comandante da 6ª divisão de Infantaria uma notificação pedindo que todos os militares se unissem contra o governo João Goulart (Stacchini, 1965).

Às 9 horas da manhã do dia 31 de março, o Governador Magalhães Pinto telefonou ao general Luís Carlos Guedes alegando que apoiaria o movimento militar iniciado em seu Estado. Terminada a ligação, lançou um manifesto proclamando Estado de Beligerância, onde o Estado de Minas Gerais seria um território nacional livre com Constituição própria. O plano do Governador era que o Estado de Minas

Gerais se unisse a *operação "Brother Sam"* e juntos declarassem guerra as demais entidades federativas do país. A operação, comandada pelo Governo dos Estados Unidos apoiaria o movimento civil-militar para a derrubada do Presidente João Goulart caso houvesse uma guerra civil. A operação norte-americana consistia no envio de 100 toneladas de armas leves e munições; navios petroleiros com capacidade para 130 mil barris de combustíveis; uma esquadrilha de aviões de caça; um navio de transporte com carga para 50 helicópteros com tripulação e armamento completo; 1 porta-aviões Forrestal, 6 destróiers; um encouraçado, um navio de transporte de tropas além de 25 aviões c-135 para transporte de material bélico (Joffily, 1998).

Às 11 horas da manhã, o general Olímpio Mourão Filho realizou sua primeira artimanha política quando ao receber uma ligação do comandante do I Exército general Moraes Âncora desmentiu o fato que na Guanabara haviam versões de que ele estava direcionando tropas em direção do Rio de Janeiro.

Apesar de o general Olímpio Mourão Filho ter iniciado o movimento de madrugada, o Presidente João Goulart teve uma pequena suspeita do ocorrido somente ao meio dia do dia 31 de março porque o senador Arthur Virgílio do PTB telefonou para o Palácio Laranjeiras para avisá-lo com o Ministro do Trabalho, Almino Affonso ouvindo de um telefone. Posteriormente, o Presidente da República começa a fazer perguntas ao seu Ministro Chefe da Casa Militar, Assis Brasil:

- General, o que há de verdade sobre a sublevação do Mourão?

- Nada Presidente, é um movimento de rotina comum. Telefonei para o I Exército e perguntei o que havia. Responderam-me que não havia nada.

- Tu ouviste Arthur, é mais uma falsidade dessa oposição

- Senhor Presidente, posso então hoje ir à tribuna no Senado Federal e informar o que o senhor acaba de me falar?

- Podes não, deves?

Entre o diálogo do Presidente da República e do senador Arthur Virgílio é perceptível que o comandante do I Exército general Moraes Âncora havia fraudado uma informação importante ao general Assis Brasil – afirmando que o movimento iniciado pelo general Olímpio Mourão Filho seria de rotina comum. Apesar disso, João Goulart e Assis Brasil ficaram totalmente desconfiados:

- Você acha que isso é verdade?

- Acho, porque o general Mourão e o general Guedes estão conspirando há muito

---

2. CALDEIRA, João. O livro "1964: Na visão do Ministro do Trabalho Almino Affonso. GGN. 14 de mar. De 2014. Disponível em < <https://jornalggn.com.br/noticia/o-livro-1964-na-visao-do-ministro-do-trabalho-de-joao-goulart-de-almino-affonso>>. Acesso em: 14 de set. de 2018.

tempo. O senhor sabe disso. De modo que acho que isso é verdade.

- Vou telefonar para São Paulo, porque lá é à base da conspiração.<sup>3</sup>

O general Peri Bevilacqua chegou ao Palácio Laranjeiras. Anteriormente ao encontro com o Presidente da República, o general se encontrou com o senador de Goiás, Juscelino Kubitschek que afirmou que esteve em uma conversa com João Goulart lhe recomendando que demitisse o Ministro da Justiça – Abelardo Jurema, porém, não havia obtido sucesso. O militar lamentou muito. Às 16 horas, o general iniciou a conversa com o Presidente da República onde lhe falou das três condições propostas pelo Chefe do Estado Maior do Exército:

- General Pery, minha renúncia não resolve a situação, não poderá evitar efusão de sangue porque o Mazzili –Presidente da Câmara e primeiro na sucessão do presidente não tem condições para isso.

- Mas vossa excelência tem, Presidente.

- Não estou falando em renúncia. O comício de 13 de março, que fora sugerido ao professor Santiago Dantas, coordenador político da presidência, por Luiz Carlos Prestes. O senhor deu muito prestígio à CGT, órgão ilegal e dominado por comunistas.

- General Pery, o senhor acha que eu sou comunista?

- Não, Vossa Excelência não é comunista, vossa excelência é companheiro de viagem dos comunistas.

- No comício havia 200 mil pessoas do povo.

- Vossa Excelência chama aquilo de povo? Eram operários enquadrados pelos sindicatos e conduzidos para o local do comício. De São Paulo vieram dois trens: um de 15 outro de 17 vagões, cheios de operários trazidos por aquele petição comunista, o Luiz Tenório de Lima.

O Presidente deu uma gostosa gargalhada ao ouvir a expressão “petição comunista”. Acho que foi a última vez que riu como Presidente da República.<sup>4</sup>

Sem sucesso de negociação com João Goulart, o general Bevilacqua recebeu uma ligação de Juscelino Kubitschek. Durante a conversa, o senador de Goiás confessou ao general que havia recebido uma ligação do general Olímpio Mourão onde este declarou que se João Goulart tivesse nomeado Bevilacqua como seu Ministro do Exército ele desistiria do movimento iniciado na madrugada de 31 de março<sup>5</sup>.

O Ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, que estava internado devido a uma operação de um câncer na próstata, garantia sua lealdade ao Presidente da

3. Idem.

4. KEHL, Maria; SIMÕES, Inimá; Legalista, general Peri Bevilacqua, dá, em 1976, sua versão do golpe. Folha de São Paulo, 21 de dez. de 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/12/1564530-legalista-general-pery-bevilacqua-da-em-1976-sua-versao-do-golpe.shtm>. Acesso em: 14 de set. de 2018.

5. Idem.

República. Por não concordar com o movimento iniciado pelos dois generais em Minas Gerais estava:

Exonerando os dois generais rebeldes. Não hesitarei em sacrificar minha própria saúde para cumprir este dever que tenho para com minha pátria e para com o regime democrático que defendo. Haveremos de cumprir nossa missão haja o que houver, custe o que custar. (Gaspari, 2002, p.74).

O general Cordeiro de Farias, por ser o general-de-Exército mais antigo e com o objetivo e esperança de ser o Ministro da Guerra, “lançou-se para o Sul no dia 31 para assumir o comando de uma eventual luta contra o III Exército” (Ferreira, 2007, p. 500).

Às 18 horas, logo após a conversa com o general Pery, “o Ministro da Justiça, entregou um papel ao Presidente da República em que era citado um manifesto do general Olímpio Mourão Filho, exigindo sua renúncia”<sup>6</sup>. João Goulart ao ler fez a seguinte pergunta ao general Bevilacqua: “General, o general Mourão revoltou a 4.<sup>a</sup> Região Militar em Minas e exige minha renúncia. O senhor acha isso direito?” (Silva, 1978, p.311). O general Bevilacqua se abdicou de responder sobre o movimento, contudo, implorou para que João Goulart enviasse algum recado através dele para o general Olímpio Mourão Filho. Fingindo não ouvir a proposta, o Presidente da República não lhe disse nada.

Após a reunião com Peri Bevilacqua, o Presidente João Goulart ordenou ao general Moraes Âncora que prendesse Castello Branco e em seguida o exonerasse do comando do Estado Maior das Forças Armadas. O comandante do I Exército, pode ser considerado um dos traidores de João Goulart na dinâmica interna da realização do golpe militar, pois, não cumpriu as ordens presidenciais alegando que jamais prenderia um amigo. Posteriormente, San Thiago Dantas foi o responsável de ter comunicado ao Presidente da República que uma frota americana partia do Caribe em direção à costa do Espírito Santo para um possível apoio as tropas do general Olímpio Mourão Filho. Surpreendido, João Goulart perguntou a San Thiago Dantas se aquela informação não passava de uma brincadeira, o político respondeu que não.

Apesar da informação de que a “Operação Brother Sam” estava a caminho do país, o fato político que fez o Presidente da República abandonar o Palácio Laranjeiras, no Rio de Janeiro, foi a ligação que recebeu do general Amaury Kruehl - comandante do II Exército, implorando para que demitisse o Ministro da Justiça – Abelardo Jurema e o chefe do Gabinete Civil – Darcy Ribeiro e em seguida rompesse e dissolvesse com a CGT, uma vez que estava sofrendo pressão de soldados e tenentes para que essas exigências fossem realizadas. João Goulart

6. KEHL, Maria; SIMÕES, Inimá. Legalista, general Peri Bevilacqua, dá, em 1976, sua versão do golpe. Folha de São Paulo, 21 de dez. de 2014. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/12/1564530-legalista-general-pery-bevilacqua-da-em-1976-sua-versao-do-golpe.shtml>>. Acesso em: 14 de set. de 2018.

respondeu que não poderia realizar tal pedido, pois a esquerda era seu único apoio político e ordenou que Amaury Krueel prendesse o general Olímpio Mourão Filho, pois posteriormente tentaria uma negociação política com os militares que estavam contra o seu governo. Em seguida, encerrou a conversa:

General, você sabe que eu não abandono os meus amigos. Se essas são as suas condições, eu não as examino. Prefiro ficar com as minhas origens. O senhor que fique com as suas convicções. Ponha as tropas na rua e traia abertamente o Presidente da República. (Gaspari, 2002, p.90).

Diante da resposta do Presidente da República, o general Amaury Krueel aderiu ao movimento deslocando a tropa do II Exército para o Vale do Paraíba rumo ao Rio de Janeiro. Após receber uma ligação de Costa e Silva, o general Garrastazu Médici, que à época era comandante da Academia Militar das Agulhas Negras ordenou que seus alunos fizessem a vanguarda para o II Exército (Cf. Dulles, 1979). Seguindo para Brasília, o Presidente João Goulart se recusou a fazer uma nova negociação, desta vez, com a ligação recebida de seu Ministro da Guerra, Jair Ribeiro Dantas, que havia enviado para Paraíba tropas lideradas pelo coronel Gomes das Neves com o propósito de enfrentar as tropas do general Olímpio Mourão:

- Presidente, eu ainda me proponho garanti-lo na Presidência da República se houve de sua parte uma declaração, rompendo com a CGT.

- Não posso abrir mão de nenhuma força que esteja me apoiando, general

- Pois então, a partir desse momento não sou mais seu Ministro da Guerra

- Neste caso, o senhor está me abandonando general?

- Não, Presidente, o senhor é que está abandonado uma opção (Apud Ferreira, 2007, p.555).

Após desligar o telefone, João Ribeiro Dantas ligou imediatamente para Gomes das Neves, exigindo que abortasse sua missão e passasse a apoiar o general Olímpio Mourão Filho. O general Armando Âncora, substituto do Ministro da Guerra, se recusou a dar resguardo e segurança ao Presidente da República.

Assim como o general Castello Branco, o fato que o general Olímpio Mourão Filho mais temia seria o encontro de suas tropas com as tropas militares do Rio de Janeiro. Quando houve o encontro entre elas às 3 horas da madrugada do dia 1º de abril, o coronel Raymundo Ferreira de Souza se encontrou com o marechal Denys, e, por uma questão de fortuna, “o coronel Raymundo tinha trabalhado, quando major, com o marechal Denys, quando as duas forças antagônicas se encontraram, o general Denys falou com o coronel por telefone ordenando que suas tropas aderissem ao movimento” (Ferreira, 2007, p.484). Ao coronel restou apenas responder: “Sim. marechal. Sim Senhor. Sem dúvida. Agora mesmo. Está bem.

Está bem.”. (Guedes, 1979, p.233). Em seguida, o general Olímpio Mourão Filho se expressou pedindo união entre os presentes: “Não estamos passando por medo. Estamos passando porque queríamos chefe, queríamos revolução. E lá embaixo no Rio, não há revolução” (Stacchini, 1965, p.45). Ao final do encontro, as tropas cariocas aderiram ao movimento iniciado pelo general Olímpio Mourão Filho.

O Presidente João Goulart chegou à Brasília às 14 horas e convocou uma reunião com seus aliados políticos na Granja do Torto. Durante a reunião, recebeu uma ligação do general Ladário Pereira Telles sugerindo que fosse para Porto Alegre planejar algum plano de resistência. Tancredo Neves foi favorável a decisão. João Goulart esclareceu que não suportaria derramar o sangue do povo brasileiro em nome de seu mandato. Em seguida, fez dois pedidos aos seus aliados políticos: I – que Darcy Ribeiro, seu Chefe de Gabinete Civil avisasse ao Congresso Nacional que o Presidente da República ainda permanecia em território nacional e II – que Tancredo Neves e Almino Affonso – seu Ministro do Trabalho o ajudasse a escrever um manifesto e que posteriormente deveria ser divulgado à nação brasileira. Na escrita, o Presidente João Goulart afirmava de que haveria um golpe contra as instituições democráticas e contra a libertação econômica da Pátria e reafirmava a decisão de defender o povo contra as arremetidas da prepotência e da pressão do poder econômico. Terminada a reunião, João Goulart seguiu em direção ao aeroporto de Brasília.

O que seria necessário para combater as tropas do general Olímpio Mourão Filho? Segundo o polêmico relato de José Serra, na época presidente da União Nacional dos Estudantes, apenas uma simples autorização do Presidente João Goulart e um único avião:

Na base aérea da FAB, procurávamos o brigadeiro Francisco Teixeira, uma bela figura, legalista, do Partido Comunista, fiel ao Jango. Perguntamos por que ele não mandava esmagar a tropa de Mourão e ele respondeu que Jango não havia autorizado. Segundo ele, com um único avião acabaria com eles, mas que ele não ia fazer nada sem a autorização do Presidente (Apud Ferreira, 2007, p.551).

Consumado o golpe de Estado militar, às 14 h do dia 1º de abril, o General Costa e Silva, por ser o membro mais antigo do Exército em ação se autodeclarou Ministro da Guerra; “Costa e Silva telefonou para o general Armando de Moraes Âncora, que estava no comando do I Exército e no Ministério da Guerra interinamente, ordenando que ele desistisse de qualquer tentativa de resistência contra sua nomeação”<sup>7</sup>, pois o movimento rebelde tinha raízes profundas, pois não nascera como tiririca (Cf. Dulles, 1979), além disso, mentiu advertindo que o general Krueel – comandante do II Exército não gostaria que o general Cordeiro de Farias fosse o novo Ministro da Guerra. “Uma das nomeações feitas pelo novo ministro foi a do general de Divisão

7. Acervo FGV. CPDOC. Dicionário Verbete Histórico Costa e Silva. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SILVA,%20Costa%20e.pdf>>. Acesso em: 16 de dez 2016.

Otacílio Terra Ururahy para o comando do I Exército” (Ferreira, 2007, p.561) com o objetivo de afastar o general Olímpio Mourão Filho das decisões políticas pós golpe.

Após assumir o posto, anunciou a organização de um Comando Supremo Revolucionário, composto também pelo Almirante Augusto Rademaker Grunewald e o Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, “organismo que funcionou, de forma ostensiva, até a posse do marechal Castello Branco na Presidência da República (Oliveira,2009, p.89) cujo propósito seria realizar a “operação limpeza” que consistia na cassação de políticos considerados subversivos, demissão de Ministros do Supremo Tribunal Federal e a averiguação de instituições estatais (Dulles, 1979). Na ocasião, Costa e Silva foi acusado por Rademaker de ser moderado e querer fazer apenas meia-revolução.

No aeroporto de Brasília, Tancredo Neves afirmou que estava inconformado com a situação porque acreditava que as tropas do Rio Grande do Sul não seriam capazes de enfrentar a situação e resistir sozinhas. Antes de partir, como suas últimas palavras, João Goulart afirmou de que estava convicto de que seus adversários políticos tentariam o seu impeachment no Congresso Nacional.

## **2 | JOÃO GOULART E O CONGRESSO NACIONAL: IMPEACHMENT OU GOLPE DE ESTADO?**

Apesar da pressão vivida, João Goulart não havia renunciado ou mesmo se afastado do país sem aprovação do Congresso Nacional, contudo, na madrugada do dia 2 de abril de 1964, o Presidente da República sofreria um golpe civil.

Para que o golpe fosse concretizado, os responsáveis elaboraram um cálculo político que era de extrema importância: a Constituição Federal de 1946 pelos seus artigos 66, 68 e 89 estabelecia que o Presidente da República poderia ser afastado do cargo de forma legalista somente por três motivos: renúncia, afastamento do país sem aprovação legislativa e impeachment, contudo, João Goulart não havia renunciado, se encontrava em território nacional e um processo de impeachment seria impossível de se realizar pois não possuíam votos o bastante para concretizar tal feito. Qual seria, então, a alternativa para derrubar o Presidente João Goulart no Congresso Nacional? Somente através de um golpe de Estado. Os civis golpistas apoiaram o golpe militar porque possuíam uma estratégia:

De que a intervenção fosse transitória, como tantas outras que se verificaram ao longo de história. Estavam todos enganados, como os fatos posteriores vieram a demonstrar. A edição do Ato Institucional (sem número) de 9 de abril de 1964 seria a mais nítida demonstração de que o movimento militar viera para ficar (Oliveira, 2009, p.87).

A articulação inicial do plano para o golpe civil começou com o senador Auro

de Moura Andrade que exigiu que sua secretaria através de ligações convocasse o maior número possível de deputados e senadores que conseguisse para uma sessão congressual durante a madrugada de 2 de abril de 1964. Após retornarem do aeroporto, reunidos na casa do deputado Bocaiuva Cunha os aliados políticos de João Goulart receberiam uma ligação avisando que Auro de Moura Andrade desejava começar uma sessão extraordinária no Congresso Nacional.

O senador Auro de Moura Andrade, Álvaro Ribeiro Da Costa – Presidente do Supremo Tribunal Federal e o Presidente da Câmara Ranieri Mazzilli seguiram em direção ao Palácio do Planalto e “atravessaram a praça dos Três Poderes nuns poucos automóveis e encontraram o Planalto às escuras. O deputado Luiz Viana Filho subiu as escadas com a ajuda de fósforos acesos” (Gaspari, 2002, p. 112). Em seguida, com a presença de 183 deputados e 29 senadores, o senador Auro de Moura Andrade abriu uma sessão extraordinária no Congresso Nacional e posteriormente leu uma carta que havia sido escrita por Darcy Ribeiro. A carta foi entregue por Tancredo Neves:

Brasília, 2 de abril de 1964.

Senhor Presidente,

O Senhor Presidente da República incumbiu-me de comunicar a V. Exa. que, em virtude dos acontecimentos nacionais, das últimas horas, para preservar de esbulho criminoso o mandato que o povo lhe conferiu, investindo-o na chefia do Poder Executivo, decidiu viajar para o Rio Grande do Sul, onde se encontra à frente das tropas militares legalistas e no pleno exercício dos poderes constitucionais com o seu Ministério.

Atenciosamente, Darcy Ribeiro, Chefe do Gabinete Civil (Oliveira, 2009, p.85)

Após a leitura, o senador afirmou que, apesar disso, a verdade era que o Presidente da República havia deixado a nação acéfala, numa hora gravíssima da vida brasileiro, em que era mister que o Chefe de Estado permanecesse à frente de seu governo. O senador declarou que a verdade era que o Presidente da República havia abandonado o governo e a acefalia continuava e que havia a necessidade de que o Congresso Nacional, como poder civil, imediatamente, tomasse a atitude que lhe coubesse, nos termos da Constituição, para o fim de que se restaurasse na pátria conturbada a autoridade do Governo, a existência do governo. Não poderia permitir que o Brasil ficasse sem governo, abandonado e que recaia sobre a Mesa a responsabilidade pela sorte da população do Brasil em peso

Interrompendo o discurso do Deputado Bocayuva Cunha que anunciava que o governador do Rio de Janeiro havia sido cassado e preso, o Senador Auro de Moura Andrade por volta das 3 horas e 15 minutos da madrugada do dia 2 de abril de 1964, sob gritos de “golpista” declarou ilegalmente vacante a presidência

da República com a presença do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Álvaro Ribeiro da Costa e de acordo com o artigo 79 da Constituição de 1946 declarou Ranieri Mazzilli – Presidente da Câmara dos Deputados, ligado ao PSD de São Paulo e a Juscelino Kubitschek, como Presidente interino do Brasil.

O ato golpista provocou muitos protestos dos deputados do PTB. Após encerrar a sessão, o senador apagou as luzes, desligou todos os microfones e saiu correndo da escada da Mesa para o Plenário esquivando-se e sendo alcançado no corredor pelo deputado Rogê Ferreira do PSB de São Paulo que afastando-se dos seguranças veio abrindo caminho lhe aplicando socos, bofetões e cuspiendo nele duas vezes. Tancredo Neves que estava sentado na primeira fila do Congresso Nacional ao lado de Almino Affonso levantou-se e começou a gritar: “canalha! canalha!”. Na ocasião, por não defender o mandato de João Goulart, Darcy Ribeiro chamou o general Fico que estava presente no Congresso Nacional de “macaco traidor, estou vendo os pelos crescendo no seu corpo e foi-se embora” (Gaspari, 2002, p.112). Apesar do ocorrido:

Expressivo grupo de deputados fiéis ao governo de João Goulart tentou reabrir a sessão, de qualquer maneira. Ante os protestos ruidosos que os seguiram, sugeriu-se a Auro que se retirasse por uma porta que havia atrás da Mesa do Plenário, mas ele recusou a sugestão, dizendo que haveria de sair, como o fez, por onde entrara. (Oliveira, 2009, p. 86)

Para escapar do tumulto, o senador Auro de Moura Andrade fingiu um desmaio para que fosse levado pelos civis e militares presentes ao Gabinete da Câmara dos Deputados. Em seguida, o deputado Ranieri Mazzilli entrou no Palácio da Alvorada e sentou na cadeira que era destinada ao Presidente da República que estava localizada no terceiro andar do local. Após o ocorrido, o Comando Revolucionário da Revolução exige perante o Congresso Nacional uma legislação constitucional que realizasse a cassações de subversivos. Enquanto estava sendo articulado o golpe civil no Congresso Nacional, o Presidente João Goulart estava seguindo em direção do Rio Grande do Sul.

João Goulart desembarcou em Porto Alegre às 3 horas e 15 minutos. Em seguida, seguiu em direção à casa do comandante do III Exército, general Ladário Pereira Telles para uma reunião. Durante a conversa, Leonel Brizola sugeriu que o Presidente fosse para o interior do Rio Grande do Sul e que nomeasse o general Ladário como seu Ministro do Exército e ele como Ministro da Justiça e que ambos tratariam da resistência contra o golpe. João Goulart não concordou afirmando que preferia se retirar do país para se evitar derramamento de sangue do povo brasileiro. Não concordando com a decisão, Leonel Brizola replicou dizendo que o Presidente da República era um traidor e que nunca mais iria voltar para o país. Após a discussão, o ex-Presidente da República afirmou que não era revolucionário

como Leonel Brizola.

Finalizada a reunião, João Goulart foi levado pelo comandante Guerra para Estância Rancho, Município de São Borja. Chegando ao destino, Goulart pediu que o comandante retornasse para Porto Alegre pois ficaria ao lado de sua mulher e filhos e do chefe do Gabinete Militar Assis Brasil para que fosse tentado um asilo político no Uruguai.

No dia 4 de abril, às 17 horas e 35 minutos, João Goulart chegaria ao aeroporto general Artigas, na cidade de Pando, localizado a 30 quilômetros ao Noroeste de Montevideú. Em uma entrevista de 40 minutos, João Goulart afirmou que não renunciaria, tampouco pediria permissão ao Congresso Nacional, pois ele havia deixado de funcionar. O ex-Presidente exclamou que não havia atuado como comunista, mas sim procurou unicamente a defesa de seu país e os interesses de seu povo, especialmente das classes mais necessitadas e isso sim seria uma luta contra o comunismo, pois elevava o nível de vida. O Brasil, país latino-americano e cristão, não necessitava de diretivas extremistas provenientes do exterior para resolver os seus problemas. Por último, João Goulart afirmou que em respeito ao Uruguai e em respeito ao seu próprio país, estava eximido de emitir opiniões sobre o ocorrido. O general Assis Brasil, acompanhado do ex-Presidente, exclamou que não possuía conhecimento de onde se encontrava Leonel Brizola. Em seguida, João Goulart entrou em um automóvel e dirigiu-se para o balneário Solimar, onde o aguardavam sua esposa e filhos. Ao encontra-los, deu-lhes um forte abraço.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Havia um grande número de conspirações tanto militares como civis com o objetivo de derrubar o Presidente da República João Goulart -- onde cada ator político acreditava que o golpe seria concretizado com sucesso se fosse executado a sua maneira. Cada um formulou sua estratégia baseando-se em seus interesses e até mesmo superstições, como o caso do general Luís Carlos Guedes que não estava disposto a tomar nenhuma “iniciativa” em lua minguante.

O golpe ocorrido em 1964 pode ser visto como o resultado das interações, negociações políticas e escolhas desses diferentes atores políticos relevantes que estavam presentes na dinâmica histórica no momento. A história é dinâmica e as relações entre os atores políticos são essenciais e fundamentais para que determinados fatos históricos possam se concretizar uma vez que os fatos históricos devem ser compreendidos no tempo e no espaço em que ocorrem. No momento do movimento iniciado pelo general Olímpio Mourão Filho, havia militares legalistas e fiéis à João Goulart que possuíam amplo conhecimento de que o Presidente da República não era comunista, por isso em seu livro *“A Ditadura Envergonhada”*,

o jornalista Elio Gaspari defende que o *Exército brasileiro no dia 31 de março de 1964 dormiu janguista e no dia 1º de abril acordou revolucionário*. Na verdade, esses militares, apesar de suas convicções, temiam que João Goulart pudesse ser influenciado pelo seu cunhado, Leonel Brizola e por Luís Carlos Prestes e amparado na CGT pudesse proclamar uma república sindicalista.

Apesar disso, o Presidente João Goulart pode ser considerado também um ator político que foi traído, pois tanto militares quanto civis se recusaram a reconhecer sua legalidade e legitimidade política -- desobedecendo suas ordens, como, por exemplo, o general Moraes Âncora que favorável ao movimento iniciado pelo general Olímpio Mourão Filho se recusou a prender o general Castello Branco e passou a ocultar informações para que o Presidente tivesse um conhecimento tardio do fato e não pudesse organizar uma resistência mais articulada.

Apesar disso, alguns aspectos históricos devem ser analisados. Por que o Presidente João Goulart não telefonou para o Brigadeiro Francisco Teixeira? Segundo o Brigadeiro, seria uma tarefa simples derrubar as tropas do general Olímpio Mourão Filho. Além disso, muitos especialistas sobre o golpe de 1964, se perguntam: caso João Goulart tivesse realizado negociações políticas a história teria caminhado de forma diferente? O Presidente João Goulart teria evitado 21 anos de autoritarismo? Ou ao menos teria dificultado a ação dos golpistas? De início, o general Pery Bevilacqua – Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, o general Amaury Krueel – comandante do II Exército e o Ministro da Guerra – Jair Ribeiro Dantas estavam determinados a proteger e garantir a legalidade de seu governo, desde que fossem realizados dois acordos: rompimento com a CGT e a demissão de dois ministros.

Em um momento histórico de conturbação e instabilidade política provocada por 3 principais motivos: I- uma alta inflação sem correção monetária, II- corrupção institucional generalizada e III- radicalização política provocada pela Guerra Fria, João Goulart escolheu não negociar e perdeu grandes forças de resistência contra as tropas de Olímpio Mourão Filho, restando somente à confiança das tropas do general Ladário Pereira Telles no Rio Grande do Sul e posteriormente contrariando a escolha de Leonel Brizola – que desejava o confronto, João Goulart preferiu evitar possivelmente uma guerra-civil.

Concretizado o golpe militar, restava realizar o golpe civil. Os civis golpistas acreditavam que diante de tanta pressão ocasionada pela situação, João Goulart renunciaria ou se afastaria do país sem aprovação do Congresso Nacional e assim seria afastado de acordo com a Constituição de 1946 e conseqüentemente tomariam o poder. Contudo, o Presidente da República resistiu e não realizou nenhuma das duas ações. Quais opções restavam aos conspiradores para derrubar o Presidente da República no Congresso Nacional? Impeachment ou um golpe de

Estado. Para o impeachment não possuíam a quantidade de votos suficientes, por isso, praticaram um golpe congressual que foi realizado aos trancos e barrancos de forma não articulada desrespeitando as normas legais da Constituição de 1946. Derrotado e com um golpe civil-militar concretizado, não restou outra alternativa à João Goulart a não ser seguir em direção a outro país, para proteger e poupar a si mesmo, sua família e seus aliados políticos.

## REFERÊNCIAS

### FONTES SECUNDÁRIAS

CHAGAS, C. **Brasil: retrato sem retoques**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DULLES, J.W.F. **Castello Branco: o caminho para a presidência**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

FERREIRA, O. **Elos Partidos. Para uma nova visão do poder militar**. São Paulo: Harbra, 2007.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUEDES, C.L. **Tinha que ser Minas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

JOFFILLY, J. **Mapa histórico-geográfico do Brasil**. São Paulo: Três, 1998.

NETO, L. **Castello: a marcha para a ditadura**. São Paulo: Contexto, 2004.

OLIVEIRA, P.A.M. **O Congresso em Meio Século**. Depoimento à Tarcísio Holanda. Brasília. 2009.

SILVA, H. **General Olímpio Mourão Filho. Memórias: a verdade de um revolucionário**. Rio Grande do Sul: L&PM, 1978.

STACCHINI, J. **Março 64: a mobilização da audácia**. São Paulo: Companhia Nacional, 1965.

### REFERÊNCIAS DE INTERNET

<http://cpdoc.fgv.br>

<http://www.folha.com.br/acervo>

<http://www.jornalggn.com.br>

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**DENISE PEREIRA** - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento, pela Censupeg. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adultização 1, 8

Altmetria 46, 47, 48, 49, 58, 59

Aplicação 13, 42, 63, 66, 68, 72, 75, 95, 96, 99, 103, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 130

Aplicativos 135, 136, 137, 140, 141

Arte pública 77, 78, 79, 80, 85, 86

Atores políticos 159, 160, 172

### C

Ciberespaço 135, 136, 137, 141

Civilização 118, 119, 120, 121, 123

Concílio Vaticano II 143, 144, 145, 147, 149, 154, 158

Criminalidade 33, 38, 41, 42, 135, 137, 138, 139, 141

Cultura 7, 11, 12, 13, 18, 21, 23, 78, 83, 84, 85, 123, 146, 148, 151, 152, 175

### E

Educação 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 86, 100, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 131, 134, 146, 158

Encarceramento 31, 32, 33, 34, 42, 44

Erotização 1, 10

Escolhas 159, 160, 172

Estágio supervisionado 125, 126, 130, 132, 133

### F

Faculdade Bagozzi 125, 126, 127, 130, 131, 132

Fenômeno migratório 19

Formação profissional 125, 126, 128, 130, 131, 132, 133

### G

Golpe de 1964 159, 173

### H

Habeas Corpus 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40

### I

Inclusão 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18

Infantil 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 121  
Instrução 38, 118, 119, 120, 124  
Interação 15, 47, 51, 58, 131, 132, 135, 145, 159  
Internet 5, 8, 48, 135, 136, 137, 138, 142, 174

## L

Lógica Fuzzy 60, 62, 63, 65, 66, 68, 71

## M

Magistério 118, 119, 120  
Método 2, 52, 70, 72, 73, 75, 76, 127  
Música 19, 20, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 81

## N

Negociações 159, 160, 172, 173

## O

Opressão 19

## P

Pastoral Urbana 144, 152, 153, 158  
Política 11, 12, 13, 15, 16, 18, 22, 29, 31, 32, 33, 34, 41, 42, 44, 45, 85, 86, 90, 92, 94, 95, 96, 102, 103, 104, 128, 129, 133, 159, 160, 163, 164, 167, 173  
Política criminal 31, 32, 33, 34, 41, 42, 44, 45  
Prematuridade 1, 2, 8, 9  
Prisão preventiva 31, 33, 36, 38, 41, 43, 44, 45  
Probabilidades 71, 105, 106, 110  
Processo Ensino-Aprendizagem 125

## R

Representações sociais 77, 84, 86  
Responsabilidade civil 69, 105, 112, 114, 115, 116, 117  
Risco 23, 48, 60, 61, 62, 63, 64, 70, 71, 146, 153

## S

Segurança pública 32, 45, 135, 136, 137, 138, 140, 141  
Seguros 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71  
Social 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 28, 29, 37, 41, 44, 47, 49, 51, 52, 59, 77, 79, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 92, 94, 96, 98, 99, 102, 103, 104, 118, 121, 122, 124, 125, 126, 127,

128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 142, 145, 146, 147, 148, 153, 155, 156

Sociedade 6, 7, 9, 11, 13, 14, 15, 17, 22, 23, 37, 41, 42, 46, 78, 99, 118, 119, 120, 121, 122,  
123, 124, 127, 129, 135, 141, 143, 145, 146, 147, 149, 150, 153, 154, 155, 157

Supervisão Direta 125, 126, 131, 132

## T

Tráfico de drogas 31, 32, 33, 37, 38, 39, 41, 44

Twitter 46, 47, 48, 49, 51, 52, 54, 56, 57, 58

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**